

TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA MODERNA NA REGIÃO SUDESTE DE GOIÁS (BRASIL): CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Patrícia Francisca de Matos¹
Vera Lúcia Salazar Pessoa²

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro, a partir dos anos de 1950, passou por inúmeras metamorfoses, com significativos impactos, sobre suas funções e conteúdos. Essas mudanças estão atreladas ao projeto de modernização do território, mais, especificamente à modernização da estrutura produtiva do rural, a qual se constituiu em um processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões. No estado de Goiás, esse processo se consolidou, após a década de 1970, por meio de incentivos (infra-estruturas, créditos, programas) do governo para expansão da fronteira agrícola. Como em outros estados, a modernização da agricultura em Goiás, modificou a estrutura produtiva, com culturas voltadas para o mercado externo, e técnicas sofisticadas de produção. Concomitante, processou as tramas do capital, desigualdades sociais, concentração de renda e de terra, exclusão dos pequenos produtores, enfim, uma nova configuração social econômica em Goiás.

Assim, o propósito deste trabalho é estabelecer reflexões nas mutações socioeconômicas na região Sudeste do estado de Goiás, oriundas da modernização da agricultura. Para atingir os objetivos o texto está dividido em duas etapas. Primeiramente, uma abordagem sobre a territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, dando especial ênfase às questões referentes à expansão do agronegócio e os novos usos do território. No segundo momento, realizam-se análises de como a modernização da agricultura, sob as relações capitalista de produção, derivam em instrumentos de dominação do capital sobre os espaços, no caso específico o Sudeste goiano.

1- A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Com a expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro o processo produtivo agropecuário foi sendo (re)estruturado, gerando uma nova realidade socioeconômica e espacial no campo e na cidade. É sabido que a consolidação da modernização da agrícola não seria possível se não fosse articulado *por* e *com* políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento agropecuário do país, com a implantação de infra-estruturas, programas e desenvolvimento de pesquisas.

¹ Aluna da Pós –Graduação do IG/UFU- Brasil

² Prof. Dr. da Pós –Graduação do IG/UFU- Brasil

Ao optar pelo modelo modernizante da agricultura, o Estado tinha convicções que era um projeto que renderia a expansão da produção agrícola no país e no setor industrial, uma vez que, a industrialização do Brasil fazia parte dos projetos governamentais desde 1930. Aliado a isso, o campo deveria compartilhar/integrar com o crescimento industrial que estava em curso no país. Para isso, era essencial produzir mais e culturas que gerasse déficit na balança comercial, ou seja, modernizar, seguindo modelos que já estavam implantados em outros países, sobretudo, os Estados Unidos. Na visão governista, o campo brasileiro estava “atrasado”, produzindo sob formas arcaicas, e sem nenhuma cultura de destaque para exportação.

A opção pela modernização das atividades agropecuária visava tão somente o binômio produção/produktividade, sem levar em conta, todas as repercussões sociais e ambientais advindo desse modelo. Também não foram levados em consideração os velhos problemas da estrutura fundiária do país como a concentração de terras. Assim, a implantação da reforma agrária não significava projeto prioritário para o governo. Embora, em 1964, o Estatuto da Terra tenha sido aprovado para viabilizar a reforma agrária no país. Mas, ao invés de viabilizar a reforma agrária, o modelo optado para o desenvolvimento do campo brasileiro, via modernização, reforçou a concentração de terras e substancialmente a exclusão social. Thomaz Júnior (2001) enfatiza que o Estado ao promover a modernização da agricultura o fez à base de exclusão social, deixando de lado a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis até hoje pela produção da maioria dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Graziano da Silva (1981) confirmou que a modernização da agricultura patrocinada pelo Estado foi conservadora e dolorosa. Conservadora porque beneficiou produtores e áreas, e dolorosa devido às contradições sociais geradas pela expansão do capital. À medida que o capital foi ganhando intensidade, “conquistando” espaços, foi alterando o uso de territórios, principalmente no que se refere à territorialidade de novas culturas e agentes sociais. Relevante, torna-se a afirmação de que as culturas incentivadas eram, somente, as de exportação e as de interesses das agroindústrias. Nesse sentido, Martine (1988) adverte que as políticas agrícolas foram carregadas de equívocos, devido os incentivos serem direcionados a culturas exportáveis, sendo que o correto seria a produção de alimentos para os brasileiros. O autor ainda lembra que para o capital “o principal objetivo de produzir alimentos não é para que sejam comidos, mas sim para gerar lucros” (1988, p.137). A geração de lucros é o eixo central da produção capitalista, sendo a produtividade do trabalho contribuinte fundamental para fomentar a geração de lucros, competição capitalista e aumento de poder. “A produção capitalista, esforça-se para reduzir não somente o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, mas também o excesso de tempo para produção sobre o tempo de trabalho” (MANN; DICKINSON, 1987, p. 16).

As pesquisas científicas do setor privado e estatal foram fundamentais para desenvolver as inovações agrônômica, biológicas, físicas e químicas, no intuito de produzir mais em menos tempo. Apesar dos condicionantes naturais, os quais a agricultura está sujeita, várias culturas tiveram o tempo de produção diminuído com sucesso. Somado a isso, também foi incluído o sistema de irrigação e rotação de culturas. Os ganhos mais relevantes na redução do tempo de produção foram na pecuária, suinocultura e avicultura. Mann e Dickinson (1987, p. 16) ressaltam que

[..] existem certas esferas da produção agrícola onde estrangimentos naturais operam efetivamente no sentido de impedir qualquer redução significativa do tempo de produção. Consequentemente, o capital irá se afastar de tais áreas de produção

precisamente porque o tempo de rotação, como o tempo de produção, é relativamente fixo.

Os avanços tecnológicos ocorridos nas atividades rurais após a década de 1960, conforme Graziano da Silva (1999) referem-se como a incorporação do progresso técnico na agricultura. O papel fundamental desse progresso é o de fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho, e também submeter o processo produtivo ao capital.

Ao analisar o mundo agrário na globalização, Ianni (1997, p.46) faz a seguinte afirmação: “a revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e idéias socioculturais, em seus significados políticos”. Ao fazer essa afirmação, o autor nos chama a atenção para o fato de que, nas áreas onde a modernização agrícola se expande, há transformação no modo de vida da população residente, pois são inseridos novos valores, os quais se aproximam dos valores urbanos. Sobre essas mudanças Santos (1996, p. 43) ressalta que “o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência.”

Para Oliveira (2006), a conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica do processo da mundialização do capital, pois, é nessa lógica contraditória, que o agronegócio tem-se expandido no Brasil. “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.” (p.37). E ainda, [...] “produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável em sua soberania alimentar” (p.38).

O agronegócio tornou-se a primordial para o governo, visto que contribui de forma significativa para o superávit da balança comercial. O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro em produção e exportação de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas de soja, milho, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. No que se refere à soja, o Brasil está em segundo lugar na produção, perdendo apenas para os Estados Unidos. Entre os quinze países de destaque na produção de soja, cinco são da América Latina: Brasil, (2º lugar), Argentina (3º), Paraguai (6º), Bolívia (8º) e Uruguai (12º) (FAO, 2008).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o agronegócio brasileiro foi responsável em 2004 por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais. Nesse mesmo ano, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões. Por conta do saldo positivo das exportações de produtos agrícolas e do aumento da produção a cada safra, o agronegócio na visão dos governistas tem sido símbolo de progresso e desenvolvimento econômico para o país, e, portanto, deve ter o apoio do Estado.

A safra de grãos saltou de 57,8 milhões de toneladas em 1990 para 133 milhões de toneladas em 2006. De 1990 para cá, a produção de grãos no Brasil cresceu 135%. Nesse período, a área plantada ampliou-se apenas 16,1%, passando de 36,8 milhões para 43,9 milhões de hectares. A abundância foi obtida, portanto, graças ao aumento de 85,5% no índice de produtividade nessas últimas 16 safras. O rendimento das principais culturas agrícolas saltou de 1,5 toneladas para 2,8 toneladas por hectare (FAO, 2008).

De posse destes dados, Oliveira (2006) reforça que ainda são as pequenas unidades que produzem a maioria dos alimentos do povo brasileiro e gera mais emprego no campo. Mesmo diante dessa realidade, os investimentos governamentais são destinados para o agronegócio. Em 2007, foram 50 bilhões, contra 10 bilhões para agricultura familiar, comprovando dessa forma, que para ser produtivo, o agronegócio precisa de garantias políticas e econômicas por parte do Estado.

Com total apoio do Estado, o agronegócio foi se alastrando no campo brasileiro, “disputando” territórios produtivos de culturas alimentícias, expulsando os camponeses do campo, e/ou explorando a força de trabalho ou manipulando a sua produção. A manipulação da produção, caracterizada pelas empresas como integração é denominada por Oliveira (2006) como *monopolização do território*. As empresas instalam-se em áreas estratégicas e monopolizam o território, pois estabelecem contratos com camponeses ou capitalistas, e estes, passam produzir o que a empresa requer e com as qualidades exigidas pela mesma, ou seja, o produtor fica subordinado à empresa sob as formas de como e quando produzir. Esse processo se faz presente, por exemplo, com o setor da cana-de-açúcar, da laranja, fumo, assim como, na suinocultura e avicultura.

O desencadeamento do novo modelo de produção, baseado nos princípios da Revolução Verde, teve como essência a articulação cada vez mais forte entre indústria e agricultura. Essa relação/dependência foi possível graças, sobretudo, a dois fatores: a agricultura passou a utilizar meios mais artificiais (insumos, máquinas, pesticidas) e banir os naturais (fertilizantes oriundos de esterco de animais, insumos preparados com ervas). A população aderiu a uma alimentação mais artificial procedente das agroindústrias como os enlatados, processados e também alimentos, até então, alheios aos hábitos alimentares como os derivados da soja (óleo, margarina), trigo (farinha), as carnes de frango de granja³, entre outros.

Na visão de Graziano da Silva (1996), o espaço agrário brasileiro ganhou uma nova dinamicidade com a constituição dos CAIs, denominada também como industrialização do campo. Esse processo caracterizou-se pela constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a jusante (processamento de produtos agrícolas). A partir desse momento o desenvolvimento da agricultura cresceu não apenas em função do mercado externo, mas também para atender às demandas do mercado interno, mais especificamente os complexos agroindustriais. Portanto, a constituição dos CAIs representou elemento fundamental na reestruturação produtiva da pecuária e da agricultura brasileira.

A partir da década de 1990, governo, pesquisadores e a mídia passaram a empregar o termo agronegócio⁴, “numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista” (MARCOS, 2008, p. 196). Essa expressão é utilizada no Brasil para designar grandes propriedades modernas, que se dedicam à monocultura, com o emprego de tecnologias e reduzida mão-de-obra. Na maior parte dos casos, a produção é destinada para o mercado externo ou para as agroindústrias, com finalidade principal de auferir lucros.

Teubal (2008) ressalta que o agronegócio pode ser compreendido pelo modelo de funcionamento, com predomínio de capital, especialização crescente de determinadas *commodities* para o mercado externo, e com tendência a concentração em grandes unidades de produção/exploração. Diferentemente, “no sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências” (FERNANDES, 2008, p. 166).

³ Frangos criados em granjas a base de ração e que podem ser abatidos em cerca de 30 dias. Ao contrário do frango criado solto, denominado de caipira, leva em torno de 6 meses para ser abatidos.

⁴ A essência do sentido da palavra refere-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas.

Ainda deve se acrescentar que a lógica da agricultura camponesa e da agricultura familiar se concentra em três fatores básicos: terra, trabalho e família. Por sua vez, o agronegócio, no lucro e na renda.

Em essência, o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, pautado na injeção de capital, seja qual for a denominação, tem como propósito fazer da terra um meio de obter lucro, e, portanto, a terra, nesses moldes de produção passa a não ter função social, mas, meramente função econômica.

Recorrendo à trajetória da evolução da modernização da agricultura no território brasileiro, percebe-se que em aproximadamente 20 anos⁵, o Estado⁶ manteve uma política forte de subsídios (crédito rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos, criação de programas) e infra-estruturas com a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e armazéns de grãos, ou seja, a criação de fixos e fluxos, capazes de dinamizar a produção e circulação agropecuária.

O Sistema de Crédito Rural (SNCR) foi o principal instrumento utilizado para a consolidação da modernização da agropecuária. Tinha como prioridades financiar parcela do capital de giro a produção; estimular a formação de capital e a inserção de tecnologias modernas em todos os estágios da produção (COELHO, 2001). Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, foi promovedor de desigualdades, devido ao caráter seletivo. A seletividade ocorreu em dois aspectos: áreas e produtores. Esteve concentrado, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste e direcionado para os médios e grandes produtores.

Somando-se ao crédito rural farto, que favoreceu a capitalização do setor agrícola, teve-se a instituição da política agrícola de garantia de preços mínimos e o seguro agrícola. Ambas versavam suporte operacional para o produtor sobre sua produção. A primeira com a garantia à estabilização de preços, por eventualidades de intempéries naturais e por variações dos preços de mercado. O seguro agrícola estabelecia ao produtor o ressarcimento de quaisquer prejuízos nas lavouras. Em conformidade com outras políticas agrícolas, essas também foram carregadas de benefícios para certos tipos de lavouras e mutuários. Sendo mais uma vez, favorecido a soja, os médios e grandes produtores, demonstrando dessa forma, ser uma política discriminatória.

No alvorecer dos anos 1970, ampliaram-se os instrumentos por parte do Estado para viabilizar a propagação da agricultura moderna. A criação da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – em 1971 foi importante porque passou a coordenar e executar as pesquisas científicas para a agropecuária em todo país. A criação desse órgão teve grande relevância para o setor produtivo, à medida que as pesquisas eram voltadas para o melhoramento da produção na tentativa de corrigir as deficiências dos solos, prevenir doenças, aumentar o rendimento por hectare, bem como o atendimento das exigências do mercado sobre as variedades produzidas, tamanho, sabor etc. Com sede em Brasília, atua por meio de onze unidades centrais, integrantes da sede, três unidades de serviço, trinta e sete unidades de pesquisa espalhadas por todo o Brasil. Na área de cooperação internacional, a EMBRAPA mantém 68 acordos bilaterais de cooperação técnica com 37 países e 64 instituições,

⁵ Refere-se às décadas de 60 e 70 do século XX.

⁶ Para Gonçalves Neto (1997) as primeiras formas de financiamento da agricultura brasileira estão atreladas a família, a vizinhança, e aos capitalistas locais. Já no primeiro quartel do século XX, são formuladas as primeiras políticas agrícolas com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREA) do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção (CEP), em 1943.

mantendo ainda acordos multilaterais com 20 organizações internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria (EMBRAPA, 2008).

Os investimentos governamentais injetados no setor agrícola promoveram rápido crescimento na produção agrícola do país. A produção de grãos passou de 25,10 milhões de toneladas na safra de 1964/65 para 59,81 em 1984/85. A produção foi superior a 100% no período de 20 anos. Desse período em diante, o crescimento foi contínuo, apresentando estabilidade na safra de 1994/95 para 1990/00. O desempenho mais significativo foi da soja, cuja produção era praticamente inexistente em 1965, e em 1970, atingiu cerca de 1,5 milhões de toneladas e chega em 2005 com cerca de 52 milhões de toneladas. O aumento da produção de grãos foi obtido pela combinação da expansão da área plantada e da produtividade do trabalho e da terra.

Ao contrário das duas décadas anteriores, a década de 1980 é marcada pela diminuição dos investimentos governamentais para a expansão da agricultura moderna. O esgotamento de projetos desenvolvimentistas implantados desde 1930 e a falta de um novo projeto de nacional, são os principais fatores da crise econômica ocorrida no país na década de 1980.

No setor agropecuário, o aparato do Estado foi diminuído, principalmente no que concerne ao crédito rural. Entretanto, isso não significou diminuição da produção de grãos. Pelo contrário, houve expressivo crescimento. Já a área plantada sofreu perdas consideráveis, tendo, portanto, os ganhos da produtividade como um dos fatores responsáveis pelo crescimento sucessivo da produção de grãos. Além da produtividade, há de considerar dois fatores: a estabilidade consolidada desse setor e a utilização de recursos de fontes privadas, por meio de venda antecipada de produção e integração, via contratos.

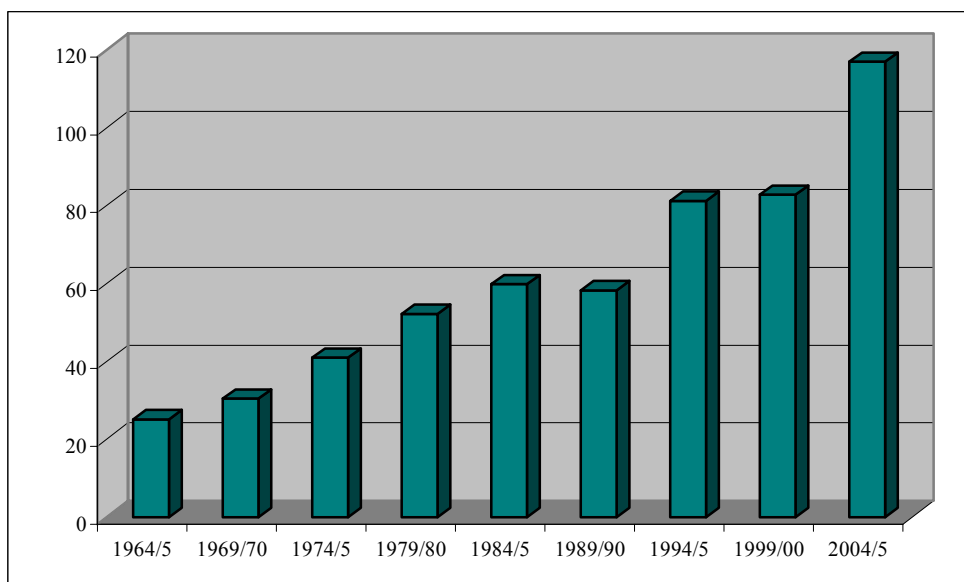


Gráfico 1- Brasil: produção de grãos no período de 1964/65 a 2004/5 (anos selecionados).

Fonte: IBGE. (disponível em [www. ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)). Org: MATOS, P, F., 2008.

Com o racionamento do crédito rural, reforça-se o papel do setor privado no financiamento da agropecuária brasileira, principalmente das *tradings*. Nesse sistema de financiamento, “o objetivo é o do atendimento a agricultura moderna (‘eficiente’), isto

é, para aquelas culturas que apresentam algum tipo de integração com um encadeamento agroindustrial” (BELIK ; PAULILO, 2001, p. 107).

O poder das *tradings* acontece tanto no financiamento devido à capacidade econômica dessas empresas, quanto na compra da produção agrícola. A venda antecipada da produção geralmente é a garantia do financiamento. Multinacionais como a Cargil, Bunge, ADM, são as maiores empresas exportadoras de produtos agrícolas do Brasil. Possui unidades em diversos países, atuando na industrialização de alimentos, produção de fertilizantes, tendo, por conseguinte, facilidades da difusão de seus produtos no mercado mundial. Além disso, estabelecem locais de produção mais vantajosos, por meio da instalação de unidades. Quanto ao aparato do Estado, em meados dos anos de 1990, ocorre no Brasil uma reestruturação nos instrumentos da política agrícola, centralizando-se as políticas neoliberais.

Dessa forma, após mais de quarenta anos de exploração intensiva de monoculturas, com métodos e técnicas agressivas ao meio ambiente, vem à tona nos anos de 1990 a necessidade de práticas agrícolas mais sustentáveis, bem como a importância da soberania alimentar. Em tese, o governo passou a incorporar nas propostas de políticas agrícolas, a preocupação com o meio ambiente, com a sustentabilidade ambiental. Surge então, um novo paradigma para compreender o meio rural, porque ao mesmo tempo em que se incentiva a necessidade de preservar os recursos naturais, e a segurança alimentar, apregoa-se a expansão do agronegócio. Daí o grande dilema: como aliar a produção em alta escala com a sustentabilidade ambiental. Para um grande número de produtores, a necessidade de mudança do padrão tecnológico por razões de ordem ambiental se alia muito mais à ordem econômica do que ao viés ecológico.

2- AGRICULTURA MODERNA NO SUDESTE GOIANO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Graziano da Silva (1996) afirma que o progresso tecnológico possibilitou a incorporação de áreas até então consideradas impróprias para a prática da agricultura moderna, imprimindo, dessa forma, uma reestruturação do espaço. O Sudeste Goiano desde a década de 1980, vem passando por essa reestruturação produtiva agrícola que originou/a uma nova realidade socioeconômica na região. Do ponto de vista geográfico, o território goiano, de acordo com o IBGE está regionalizado em Micro⁷ e Mesorregiões. O Sudeste Goiano está localizado na denominada Mesorregião Sul Goiano, abrangendo municípios da microrregião de Catalão e Pires do Rio, somando um total de 22⁸. Uma outra regionalização é utilizada pela Secretária de Planejamento

⁷ A divisão em Micro e Mesorregião não foi a primeira divisão regional do Estado. Anteriormente a divisão obedecia critérios naturais como vegetação, hidrografia, relevo. Os atuais critérios são administrativos.

⁸ Dos 21 municípios integrantes da região sudeste do estado, 11 municípios fazem parte da microrregião de Catalão (Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos. 10 da microrregião de Pires do Rio (Cristinópolis, Gameleira, Orizona, Palmelo, Sylvania, Santa Cruz, São Miguel do Passo Quatro, Vianópolis e Urutaí.

do Estado de Goiás (SEPLAN) denominando as chamadas Regiões de Planejamento, somando um total de dez: Região do entorno do Distrito Federal, Metropolitana, Norte, Nordeste, Noroeste, Sudeste, Sudoeste, Sul, Oeste e Centro. Os critérios de regionalização foram feitos de acordo com elementos infra-estruturais, econômicos, sociais e espaciais.

O Sudeste de Goiás é reconhecido como a região da Estrada de Ferro, devido a ferrovia passar por vários municípios; dos minérios, por conta dos recursos naturais (fosfato e nióbio) existentes no município de Catalão e Ovidor. Afora, também o Sudeste Goiano é conhecido pelas indústrias automobilísticas de Catalão (Mitsubishi, John Deere), o turismo em Três Ranchos e o dinamismo da produção agropecuária, embora não representa o esplendor do Sudoeste Goiano, que configura a principal região produtora do estado de Goiás. A produção de soja, milho e cana-de-açúcar da região Sudoeste representam aproximadamente 45% da produção total do estado, além do papel significativo na produção bovina. Entre os municípios promissores destacam-se Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Helena. A microrregião de Catalão e Pires do Rio está em 5º e 6º, respectivamente, da produção de Goiás, ou seja, representa 12% da produção do estado (Tabela 1).

Tabela 1- Microrregiões de Goiás: produção de soja, milho e cana-de-açúcar em 2006.

Microrregiões	Culturas (T)		
	Soja	Milho	Cana-de-açúcar
Sudoeste de Goiás	2.645.894	1.462.382	3.820.475
Meia Ponte	887.951	333.913	3.465.320
Entorno de Brasília	621.150	426.648	1.577.535
Vale do Rio dos Bois	491.590	176.952	2.233.555
Catalão	489.460	171.740	212.900
Pires do Rio	379.350	62.820	9.708
Porangatu	127.122	53.735	13.935
Quirinópolis	108.280		720.000
Chapada dos Veadeiros	62.100	63.796	16.084
Aragarças	52.400	9.396	4.250
Anápolis	39.962	177.299	976.135
Goiânia	27.263	44.230	81.130
Rio Vermelho	15.097	20.552	3.800
Iporá	10.720	20.363	2.970
Vão do Paranã	12.150	41.681	34.415
Iporá	10.720	20.363	2.970
Anicuns	7.950	70.414	977.428
São Miguel do Araguaia	7.260	14.920	2.810
Total	6.017.719	3.297.193	19.049.550

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2006.

Org.: MATOS, P.F., 2008.

Na região Sudeste de Goiás é possível identificar áreas de modernização agrícola nos municípios de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Orizona, Sylvania, Vianópolis e Gameleira que, juntos, têm grande representatividade na produção de grãos do estado, especialmente na cultura de soja (Tabela 2). Também é considerável a produção de milho em alguns municípios, conforme mostra a tabela 3.

Os municípios mencionados na tabela 2 são responsáveis por 70% da produção de grãos da região Sudeste de Goiás. Pelos dados da tabela 2 verifica-se um crescimento alto da produção da soja em todos os municípios analisados. Catalão é o maior produtor de soja do Sudeste Goiano e, em segundo lugar, está Ipameri. Quanto ao milho, conforme tabela 3, Ipameri lidera a produção, seguido por Catalão. Além das culturas de milho e soja, destacam-se no Sudeste Goiano monoculturas de algodão em Ipameri, trigo em Catalão, batata em Campo Alegre.

Vale ressaltar que a produção não é o único elemento importante para mensurar a agricultura moderna. A própria paisagem, transformada de acordo com os parâmetros técnicos e científicos desse modelo de produção, mostra claramente aos olhos dos que observam, sobretudo, nas áreas de chapada.

Tabela 2- Produção de soja (t) em municípios do Sudeste de Goiás. 1990 -2005 (anos e municípios selecionados).

Municípios	1990	1995	2000	2005
Catalão	26.400	55.500	129.000	238.500
Campo Alegre	28.500	45.000	85.000	176.000
Ipameri	30.000	47.600	103.000	207.900
Gameleira ⁹	-	-	54.000	62.400
Orizona	5.800	15.600	35.380	80.000
Silvania	17.950	24.000	117.000	160.000
Vianópolis	5.850	36.000	52.000	62.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005.

Org: MATOS, P. F. 2007.

Tabela 3- Produção de milho (t) em municípios do sudeste de Goiás. 1990 -2005 (anos e municípios selecionados).

Municípios	1990	1995	2000	2005
Catalão	9.900	25.200	72.480	77.000
Campo Alegre	12.480	43.800	32.448	38.500
Ipameri	4.900	46.800	76.000	84.000
Gameleira	-	-	63.000	62.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005.

Org: MATOS, P. F. 2007.

Nos demais municípios do Sudeste Goiano a modernização da agricultura ainda não se consolidou de forma tão intensa. Mas, esse processo, mesmo se manifestando de forma diferenciada, transformou o processo produtivo dessa região, constituindo-se em um dos alicerces da reestruturação e /ou desestruturação das relações sociais de produção.

Os municípios do Sudeste Goiano, assim como grande parte dos municípios de Goiás, têm basicamente a economia voltada para as atividades agropecuárias, com exceção de Três Ranchos que possui a atividade turística; Ouvidor com a presença de indústrias na exploração de minérios e Catalão que possui outras atividades ligadas ao setor industrial (exploração de minérios, indústria automobilística) juntas, estas atividades influenciaram no crescimento e dinamicidade econômica e populacional da

⁹ Até 1997 era Distrito do Município de Silvânia.

cidade. Catalão se destaca também por sua polarização (nas áreas de saúde, educação, serviços, comércios) nos municípios da sua Microrregião e também alguns da microrregião de Pires do Rio. Em relação ao processo de modernização agrícola no Sudeste Goiano é importante assinalar que a forma como foi consolidada é distinta, ou seja, diferentes tipos de capital. Um dos fatores de diferenciação é o apoio do Estado com mais intensidade em alguns municípios. Entre os aparatos do Estado está o PRODECER¹⁰ que desenvolveu o projeto de colonização Paineiras, nos municípios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri. Os outros municípios tiveram maior inserção de capital privado, como é o caso de Catalão. Assim, é importante considerar que o espaço agrário da Região Sudeste deve ser analisado levando-se em consideração suas particularidades históricas tanto as mais distantes no tempo passado, quanto as mais recentes (a partir de 1980) transformações econômicas advindas da implantação das inovações técnico-científicas nas atividades agropecuárias. Conforme Santos e Silveira (2001, p. 250),

[...] algumas áreas dispõem de um longo passado histórico, constituindo acumulações mais carregadas de história. Em outras, esse tecido é mais tênue. Em todos os casos, as rugosidades, isto é, as heranças, têm um papel importante, porque constituem condições para a implantação de novas variáveis.

A estrutura econômica da metade dos municípios do Sudeste goiano, conforme dados dos PIB de 2004, tem a produção agropecuária como principal fonte e de referência. O maior deles é o município de Gameleira de Goiás, cuja agropecuária representa 77,08%, seguido de Campo Alegre com 74,50%. Em relação ao PIB oriundo das indústrias, apenas 4 municípios têm a predominância desse setor. Ouvidor¹¹ está em primeiro lugar no *ranking* com 72,30, seguido por Catalão com 56,71%, Corumbaíba 44,76% e Pires do Rio 44,48%. Especificamente em relação às indústrias, a cidade de Catalão possui maior diversificação com a presença de mineradoras, automobilística, confecções, cerâmicas, entre outras. Ouvidor tem mineradora, cerâmicas e de alimentos. Corumbaíba e Pires do Rio caracterizam basicamente na agroindústria, sendo a primeira na cadeia de leite e a segunda com aves. No montante do PIB goiano a região contribuiu no ano de 2004 com 8,25%, a sexta do estado. A pioneira é a região metropolitana com 31,37%, seguida do Sudoeste com 16,99%. Porém, é importante ressaltar que a região metropolitana teve decréscimo nos anos analisados. De 38,80% em 1999, passou para 31,03 em 2003. Também apresentou decréscimo o Centro e o Noroeste goiano. O índice mais significativo de crescimento ocorreu com o Sudeste e o Sudoeste goiano. (Tabela 4).

¹⁰ (Programa de Cooperação Nipo – Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados)

¹¹ Importante mencionar que Ouvidor não chegou a gerar nem 1% do ICMS produzido na região Sudeste.

Tabela 4 - Região Sudeste: PIB por setores no ano de 2005.

Municípios	PIB	Estrutura do PIB por setores (%)		
		Agropecuária	Indústria	Serviços
Anhanguera	100,00	24,72	11,11	64,18
Campo Alegre de Goiás	100,00	74,50	4,89	20,61
Catalão	100,00	8,11	56,71	35,17
Corumbaíba	100,00	23,97	44,76	31,26
Cristianópolis	100,00	33,53	20,22	46,25
Cumari	100,00	55,45	7,98	36,58
Davinópolis	100,00	37,55	23,51	38,95
Gameleira de Goiás	100,00	77,08	4,13	18,79
Goianira	100,00	38,13	11,66	50,21
Ipameri	100,00	46,03	19,12	34,25
Leopoldo de Bulhões	100,00	62,77	7,83	29,41
Nova Aurora	100,00	49,69	9,60	40,71
Orizona	100,00	48,07	23,53	31,33
Ouvidor	100,00	7,57	72,30	20,14
Palmelo	100,00	19,51	19,63	60,86
Pires do Rio	100,00	12,33	44,48	43,19
Santa Cruz de Goiás	100,00	67,82	7,55	24,63
São Miguel do Passa Quatro	100,00	66,00	5,23	28,77
Silvânia	100,00	51,43	8,34	40,04
Três Ranchos	100,00	25,87	16,75	57,38
Urutaí	100,00	61,40	8,31	30,29
Vianópolis	100,00	44,15	16,79	39,06

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica. Disponível em <http://WWW.Seplan.go.gov.br>. Org: MATOS, P.F. 2008.

Os municípios que compõem a Região Sudeste têm uma diversidade de fatores (sociais, econômicos e ambientais) que interferiram na consolidação e expansão da agricultura moderna. Por isso, em alguns municípios do Sudeste Goiano a agricultura moderna está pouco presente em relação a outros. “A intensidade da modernização agrícola não ocorre aleatoriamente, mas privilegiando áreas, segmentos sociais e econômicos” (ELIAS, 2003, p.11).

O meio técnico – científico- informacional na Região Sudeste está como denomina Santos (1994), em formas de “manchas”, ou seja, a ciência, a tecnologia e a informação não estão de forma homogênea no espaço agrário da região; estão presentes de forma mais intensa apenas em algumas áreas. Desse modo, entender o espaço agrário do Sudeste Goiano requer o re-conhecimento de que alguns municípios estão atrelados às redes transnacionais vinculadas aos complexos agroindustriais e ao capital financeiro.

Nesse contexto, no espaço agrário do Cerrado goiano, a expansão da agricultura moderna, ocorre concomitante às lutas de pequenos produtores por créditos e infra-estruturas, trabalhadores expropriados do campo, que reivindicam condições de permanência na terra e diversas combinações de uso da terra, sobretudo, terras de negócio e terras de trabalho. Considerar tal processo é imprescindível para a compreensão da modernização agrícola no Sudeste Goiano, pois não se trata de realidade local ou regional, mas que se relaciona como parte do processo geral que ocorre no país, concernente a territorialização do capital.

Considerações

No Sudeste Goiano, a consolidação e expansão da agricultura moderna ocorreram pós 1980, pelo capital privado e aparatos do Estado. Após anos de estagnação econômica, a agricultura moderna, foi um dos elementos condutores para a impulsão econômica de muitos municípios dessa região. Conseqüentemente, essa atividade gerou/a um novo formato para o espaço agrário, com a substituição de culturas, concentração de terras e substituição de produtores. Um novo cenário foi dado à paisagem rural de vários municípios, principalmente nas áreas de chapadas, que foram “tomadas” pelas culturas de soja, milho, algodão, trigo, enfim pelas monoculturas de grãos. As fazendas, ou melhor, as empresas rurais, são especializadas em duas ou três culturas. Esse quantitativo é devido à necessidade de rotação de culturas, senão a produção giraria em apenas uma cultura.

São toneladas de grãos produzidas anualmente na região, gerando um fluxo intenso de caminhões para fazer o escoamento da produção. A movimentação nas chapadas ocorre de tal forma que se esquece que essas áreas já foram espaços de pouca circulação, apenas do gado, dada à insignificância dessas áreas até a década de 1970 para atividade agrícola. Ao percorrer as áreas de chapada, é difícil, ou quase impossível deparar com um pequeno agricultor que se dedica a agricultura de subsistência ou de excedentes para o mercado local. Esses produtores foram “expulsos” dessas áreas, cedendo espaço aos novos personagens do meio rural.

As metamorfoses sociais, ambientais, culturais e econômicas são visíveis nos municípios do Sudeste goiano incorporados pela agricultura moderna. Todavia, as análises tornam-se mais nítidas a partir dos estudos locais, sem perder de vista que a modernização da agricultura via expansão de monoculturas está inserida em um processo mais amplo, que articula com o próprio sistema capitalista de produção.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (Org.) **Transgênicos: as sementes do mal** – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.

BELIK, W.; PAULINO, L.F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 95-121.

BORGES, B.G. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais, 1909-1922**. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

DEUS, J. B. **O Sudeste Goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2003. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 12).

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-303.

GRAZIANO DA SILVA, J O progresso técnico na agricultura. In: ____ **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999. p.13-50.

____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: ____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. **Censos Agropecuários**. Disponível em : www.ibge.gov.br, 2004. Acesso em: 10 dezembro de 2008.

<http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2008.

<http://www.Embrapa.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2008.

MARCOS, V. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio. In: PAULINO, E. T. ; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.191-213.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.3. p. 3-44, jun.1990.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, S. M.A. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R; MORAES, S. M. A (Org). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-79.

OLIVEIRA, A.U. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; JUNIOR, J. C. (Org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil**. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

OLIVEIRA, M. M. Informática na agricultura: a tecnologia a serviço do Capital. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v.16, n. 5, p.37-40, set/out 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SEPLAN-GO/SEPIN. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2008. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2008.

_____. **Anuário estatístico de Goiás de 2004**. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2008.

TEUBAL, M. O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T. ; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.139-161.

THOMAZ JUNIOR, A. A. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001.

_____. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p.83-114.

_____. **Geografia e trabalho no século XXI**. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006, p.130-167. v.2.